2.º No quadro do artigo 120.º as condições de promoção seguintes:

Classes	Para a promoção ao posto de	Tempo de serviço efectivo	Tempo de embarque	Cursos	Provas
Escriturários	Primeiro-grumete	18 meses	—	ITE	—
	Marinheiro	2 anos	(a) 1 ano	1.º grau	—
	Cabo	3 anos	1 ano	—	Exame
	Segundo-sargento	2 anos	1 ano	2.º grau	—
	Primeiro-sargento	4 anos	1 ano	—	—
	Sargento-ajudante	3 anos	(b) 1 ano	—	—
Oficial	1 ano	—	{ Geral de sargentos }	—	
Condutores de automóveis	Primeiro-grumete	18 meses	—	1.º grau	—
	Marinheiro	2 anos	—	—	—
	Cabo	3 anos	—	—	Exame
	Segundo-sargento	2 anos	—	2.º grau	—
	Primeiro-sargento	4 anos	—	—	—
	Sargento-ajudante	3 anos	—	—	—
Oficial	1 ano	—	{ Geral de sargentos }	—	
Fuzileiros	Primeiro-grumete	18 meses	—	ITE	—
	Marinheiro	2 anos	—	1.º grau	—
	Cabo	3 anos	—	—	Exame
	Segundo-sargento	2 anos	—	2.º grau	—
	Primeiro-sargento	4 anos	—	—	—
	Sargento-ajudante	3 anos	—	—	—
Oficial	1 ano	—	{ Geral de sargentos }	—	

(a) O tempo de embarque exigido para a promoção a marinheiro escriturário poderá ser realizado em segundo e primeiro-grumete.

(b) O tempo de embarque exigido para a promoção a sargento-ajudante poderá ser realizado em segundo-sargento.

3.º As condições especiais de promoção a exigir para a classe dos mergulhadores são as estabelecidas na Portaria n.º 17 170, de 14 de Maio de 1959, para os mergulhadores da extinta classe dos serviços gerais.

4.º São considerados especializados como monitores os sargentos e praças da subclasse de monitores que ingressaram na classe dos fuzileiros.

5.º A especialização de fuzileiro especial pode ser atribuída também a outras classes além da dos fuzileiros.

Ministério da Marinha, 11 de Março de 1961. — O Ministro da Marinha, *Fernando Quintanilha Mendonça Dias*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 43 532

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É extinto o consulado de 3.ª classe em Salonica e criado, em sua substituição, um consulado, igualmente de 3.ª classe, em Windhuk, sendo transferida para este a dotação inscrita no orçamento em vigor para as despesas de residência do consulado em Salonica.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António*

Manuel Pinto Barbosa — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 43 533

Considerando que foi adjudicada a Domingos Ferreira Gonçalves a empreitada de construção da sede da Administração Florestal de Vila do Porto (Santa Maria, Açores);

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo até 31 de Março de 1962, que abrange parte dos anos de 1961 e 1962;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com Domingos Ferreira Gonçalves para a execução da empreitada de construção da sede da Administração Florestal de Vila do Porto (Santa Maria, Açores), pela importância de 982 273\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 400 000\$ no corrente ano e 582 273\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1962.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 11 de Março de 1961. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Justiça

Portaria n.º 18 315

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos da parte final do n.º VI da base X da Lei Orgânica do Ultramar Português e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 43 203, de 7 de Outubro de 1960, ouvido o Conselho Superior Judiciário do Ultramar, que se observe o seguinte:

REGULAMENTO PRIVATIVO DA INSPECÇÃO SUPERIOR DE JUSTIÇA

Artigo 1.º A Inspeção Superior de Justiça depende directamente da Direcção-Geral de Justiça do Ministério do Ultramar.